

Exmo. Senhor  
Presidente  
da Comissão Portuguesa de História Militar

## PRÉMIO DE DEFESA NACIONAL DECLARAÇÃO

Nome completo .....  
nacionalidade ..... natural da freguesia de .....,  
concelho de ....., distrito de ....., data de nascimento  
....., portador(a) do Bilhete de Identidade /Cartão de Cidadão n.º  
....., Contribuinte n.º ....., residente em.....  
.....  
(código postal), ..... telefone (fixo e/ou móvel) n.º.....,  
e E-mail .....: declara para efeitos do Prémio de Defesa  
Nacional de\_\_\_\_\_ que concorre, nos termos do respectivo regulamento com a obra de  
sua autoria intitulada

“ .....  
..... ”

Para o efeito, anexo quatro (4) exemplares como consta do anúncio público.

Data .....

**O Declarante,**

### Nota de Privacidade

Os dados recolhidos serão objeto de tratamento pela Comissão Portuguesa de História Militar (entidade responsável pelo tratamento), com sede no Palácio da Independência - Largo de S. Domingos, 11, 1150-320 Lisboa, que irá recolher dados pessoais básicos para efeitos de candidatura ao Prémio Defesa Nacional. O tratamento de dados pessoais tem como fundamento jurídico o exercício de funções de interesse público e do interesse legítimo prosseguido pela missão da Comissão Portuguesa de História Militar.

A informação será conservada apenas durante o período que resulta da aplicação do plano de classificação e da tabela de seleção da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, que servem de referencial para a classificação e avaliação da informação pública.

É garantido ao titular dos dados o direito de acesso, atualização, retificação, esquecimento ou eliminação dos seus dados pessoais a todo o tempo, bem como o exercício posterior dos direitos de oposição e limitação da utilização dos dados facultados para os fins acima descritos, devendo, para tal, enviar um pedido nesse sentido ao Encarregado da Proteção de Dados da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, para o e-mail [epd.rgpd.sgmdn@defesa.pt](mailto:epd.rgpd.sgmdn@defesa.pt). Nos casos em que considerar que os seus dados não estão a ser tratados de forma adequada, o titular dos dados poderá optar por contactar a Autoridade de Controlo, função que, em Portugal, é exercida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.